



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

- 1.1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gestão e prestação de serviços médicos para atender as Unidades Básicas de Saúde (UBSF) da Prefeitura Municipal de Coromandel MG.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE (MESES)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
090328075875 548 TRADUTOR 1040541	Contratação de empresa especializada para gestão e prestação de serviços médicos para atender as Unidades Básicas de Saúde (UBSF) da Prefeitura Municipal de Coromandel.	SE	8	R\$ 182.886,66	R\$ 1.463.093,33

- 1.2 Na forma exigida pelo Art. 19, §2º da Lei n.º 14.133/2021, cumpre esclarecer que não foi utilizado o Catálogo Eletrônico de Padronização, instituído por meio da Portaria SEGES/ME n.º 938, de 02 de fevereiro de 2022, tendo em vista que, até o presente momento, não consta no referido catálogo o serviço/produto acima descrito;

- 1.3 A contratação pretendida está contemplada no Plano de Contratações Anual do presente ano sob o registro de nº 706/2024, estando prevista para o dia 30/02/2024.

2. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 2.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.463.093,33 (um milhão quatrocentos e sessenta e três reais mil e noventa e três reais e trinta e três centavos).
- 2.2 No presente certame não haverá reserva de itens destinados a micros e pequenas empresas, nos termos do artigo 49, inciso III, da Lei Complementar 123/2006, em razão do tratamento diferenciado às microempresas não se mostra vantajoso para a administração pública;



VIGÊNCIA

2.3 A duração da vigência do contrato será de 8 meses.

2.4 Há possibilidade de prorrogação?

() Não. Em razão de: _____

(X) Sim. O contrato poderá ser prorrogado de acordo com o disposto nos termos da Lei 14.133/2021.

3. FUNDAMENTO E JUSTIFICATIVA ACERCA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 3.1 A prestação de serviços de uma empresa especializada para gestão e prestação de serviços médicos, mais precisamente voltadas aos atendimentos de saúde da família, as chamadas Unidades Básicas de Saúde da Família, é necessária em razão de garantir a eficácia e excelência no atendimento a comunidade, de forma a fortalecer o sistema municipal de saúde, agilizar e melhorar a eficiência dos atendimentos, prover atendimentos a pacientes, executar programas de prevenção a doenças, tratar eventuais quadros clínicos e encaminhar ao especialista quando necessário, diminuir e erradicar a fila de pacientes a serem atendidos, e por fim, prover acesso de qualidade a saúde pela população, conforme dever do estado previsto da constituição federal, conforme demonstra o Estudo Técnico Preliminar.
- 3.2 A contratação de uma empresa especializada na prestação de serviços acima citada, traz expertise e qualificação pois possuem em sua maioria, protocolos de estabelecidos para reduzir o tempo de espera, maior índice de satisfação dos usuários, contribuindo assim para a promoção da saúde e do bem-estar da comunidade.
- 3.3 Ressalta-se que ao contar com profissionais capacitados e com experiência no setor, podemos assegurar uma abordagem técnica e profissional da administração dos recursos necessários para o funcionamento de uma UBSF, sejam eles recursos humanos, financeiros ou materiais.
- 3.4 É importante mencionar, que o município de Coromandel possui características geográficas peculiares que contribuem para os desafios em termos de prestação de serviços públicos, principalmente os serviços de saúde.
- 3.5 O município conta hoje com 9 (nove) Unidades Básicas de Saúde da Família, sendo 7 (sete) na zona urbana e 2 (duas) na zona rural, com funcionamento de



50 (cinquenta) horas semanais, portanto, a necessidade de garantir um acesso contínuo a profissionais de saúde qualificados torna-se evidente a gestão de serviços médicos em Estabelecimentos de Saúde é uma prioridade, especialmente considerando a vasta extensão do território e a diversidade das comunidades atendidas.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

- 4.1 A solução como um todo contempla a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gestão e prestação de serviços médicos, mais precisamente, especializados em saúde da família, para atendimento nas Unidades Básicas de Saúde do Município de Coromandel.
- 4.2 As especificações técnicas dos itens encontram-se definidas na tabela constante do item 1.1 acima.
- 4.3 Do ciclo de vida, a contratação será realizada acerca da necessidade da Gestão Municipal de Saúde e se manterá em execução até a sua finalização.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1 A contratada deverá realizar a prestação de serviços de acordo com as especificações técnicas constantes no Item 1 deste Termo de Referência.
- 5.2 A execução dos serviços deverá ser realizada em conformidade com as normas técnicas e legislação vigente, seguindo os protocolos de saúde já utilizados nos atendimentos médicos aos usuários do SUS desse município.
- 5.3 Deverão ser executados os serviços de consultas clínicas nas Unidades Básicas de Saúde da Família, visitas domiciliares a pacientes que necessitem dessa modalidade, acompanhamento e atendimento a gestantes até o segundo trimestre de gestação, consultas em puericultura, consultas e atendimentos a puérperas, realização de palestras a grupos de gestantes, diabéticos, hipertensos, tabagistas, transplantados, colostomizados e outros demais grupos de atendimento que se fizerem necessário.
- 5.4 Também realizará pequenas cirurgias que sejam consideradas nível de Atenção básica como cisto sebáceo, retirada de unha, lavagem de ouvido e outras. Prescrição e realização de exames de diagnósticos, encaminhamentos quando necessário,



- 5.5 Fica a cargo e responsabilidade da contratada a responsabilidade de transporte dos médicos para atendimentos na zona rural e domiciliares. Ressalta-se que, todos os custos e responsabilidades inerentes ao transporte da equipe para atendimentos na zona rural e visitas domiciliares, são de responsabilidade da contratada.
- 5.6 A empresa contratada deve priorizar a contratação dos profissionais que já estão envolvidos no atendimento nas unidades básicas de saúde da família do município. Isso visa garantir a continuidade do vínculo estabelecido com a população, promovendo a manutenção da confiança e do relacionamento já estabelecidos. Ao dar preferência aos profissionais locais, a contratada não apenas assegura a continuidade do serviço sem interrupções significativas, mas também valoriza o conhecimento e a experiência desses profissionais, que já estão familiarizados com as necessidades e particularidades da comunidade atendida. Essa abordagem fortalece a qualidade e a eficácia dos serviços de saúde oferecidos, promovendo uma maior integração e aceitação pela população atendida.
- 5.7 A contratada é responsável por garantir o atendimento médico de todas as Unidades Básicas de Saúde da Família em todos os dias de funcionamento.
- 5.8 Das exigências aos profissionais a serem contratados para prestação de serviços médicos:
- Formação acadêmica com diploma de Medicina reconhecido por uma instituição de ensino superior;
 - Registro profissional válido no conselho de medicina nacional; Experiência profissional em atendimentos em Unidades Básicas de Saúde da Família;
 - Habilidades técnicas necessárias para lidar com desafios específicos do atendimento da Saúde Básica, incluindo o diagnóstico e tratamentos de doenças comuns;
 - Boas habilidades de comunicação, empatia e capacidade de trabalhar em equipe considerando a natureza do atendimento em saúde primária;
 - Comprometimento em seguir normas e regulamentações locais e nacionais que regem a prática médica e o funcionamento das UBSFs;



- Cumprir as exigências e vacinação e realizar exames de saúde conforme solicitado pela contratante;
- Apresentar toda documentação legal necessária para contratação, incluindo cópias de diplomas, certificados, registros profissionais, entre outros.

5.9 Não foi estabelecido reserva de itens e ou cota para a participação das micro e pequenas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual. Nos termos do art. 49, inciso III da Lei Complementar nº 123/06, quando o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, não deverá ser aplicado a cota de 25% para participação exclusiva de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

5.10 No momento da assinatura do contrato todos os profissionais contratados para prestação de serviços médicos deverão estar regularmente registrados no conselho profissional (Conselho Regional de Medicina).

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1 A execução do contrato deverá ser realizada em conformidade com as disposições constantes no item 7 e 8 deste Termo de Referência.

7. MODELO DE GESTÃO E DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1 A gestão do contrato será realizada pela servidora Letícia Pereira da Cruz Corrêa, conforme Portaria nº 06 de 11 de janeiro de 2024

7.2 A fiscalização do contrato será realizada pela servidora Juliana Gonçalves Silva de Mattos, diretora da atenção básica em saúde.

7.3 Os responsáveis pela gestão e pela fiscalização do contrato deverão observar as disposições constantes no Decreto Municipal 257 de 14 de novembro 2023.

8. CRITÉRIOS DE EXECUÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1 Recebimento do Objeto:

8.1.1 Os serviços serão executados nas Unidades Básicas de Saúde da Família do município de Coromandel MG, dentre eles zona rural e urbana, na data e horário constante na ordem de serviço a ser emitida pela contratante, devendo garantir no mínimo 8 (oito) horas por dia.



- 8.1.2 Os serviços deverão ser executados no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da emissão da ordem de serviço;
- 8.1.3 Após a execução do objeto, este será recebido provisoriamente pelo fiscal do contrato para posterior verificação de conformidade;
- 8.1.4 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser reparado ou substituído no prazo máximo de 10 (dez) dias, sem ônus para a Prefeitura Municipal, prejuízo da aplicação das penalidades;
- 8.1.5 O objeto será recebido definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, ou da substituição do serviço, após a consequente aceitação mediante termo detalhado;
- 8.1.6 As substituições dos serviços, quando das revisões em garantia, estarão sujeitas às obrigações praticadas no mercado, nos termos das legislações pertinentes e subsidiárias;
- 8.1.7 O pagamento será realizado conforme os quantitativos de serviços realizados pela CONTRATADA de forma proporcional aos dias e horários prestados, aceitos e aprovados pela fiscalização.
- 8.2 Liquidação
- 8.2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
- 8.2.2 O setor competente deverá verificar se na nota fiscal ou no instrumento de cobrança equivalente constam as informações necessárias para a liquidação da despesa.
- 8.2.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;



8.2.4 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal e da documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.3 Prazo de pagamento

8.3.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

8.4 Forma de pagamento

8.4.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, em nome da empresa vencedora, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.4.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9. **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

10. **EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

10.1 Ato Constitutivo;

10.2 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede ou;

10.3 Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e alterações em vigor, devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

10.4 Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;

10.5 Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;



- 10.6 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, ou;
- 10.7 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, ou;
- 10.8 Certidão Simplificada, Ou Simplificada Digital da Junta Comercial, com data de emissão máxima de 90 (Noventa) dias, para fins de comprovação da condição de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP);
- 10.9 Prova de Inscrição no CNPJ. O documento deverá ser expedido no máximo 90 (Noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;
- 10.10 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor;
- 10.11 Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor;
- 10.12 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, incluindo os Débitos Previdenciários, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, certidão negativa ou positiva com efeito negativa, em vigor;
- 10.13 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado, Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativa, em vigor;
- 10.14 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município, Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativa, em vigor;



- 10.15 Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Caso o documento não declare sua validade somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;
- 10.16 Documento de identificação dos sócios da empresa com número do CPF e RG;
- 10.17 Alvará de localização e funcionamento, com validade para o exercício 2024;
- 10.18 Declaração expressa de que a licitante não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, assinada por sócio, diretor ou procurador que tenha poderes para tal investidura
- 10.19 Declaração de enquadramento de microempresa, empresa de pequeno porte, se for o caso;
- 10.20 Declaração de atendimento pleno a todos os requisitos de habilitação;
- 10.21 Certificados e licenças técnicas que comprovem a capacidade técnica da empresa para prestar serviços de gestão médica, como certificações ISO, certificados de boas práticas de gestão, entre outros.
- 10.22 Declaração de que no momento da assinatura do contrato a empresa contará com todo o corpo médico suficiente e adequado para atender às necessidades do município.
- 10.23 Proposta técnica que descreva detalhadamente os serviços que serão prestados, metodologias de trabalho, cronograma de atividades, indicadores de desempenho, entre outros.
- 10.24 Apresentação de referências de outras instituições onde a empresa tenha prestado serviços similares.
- 10.25 Atestado de Capacidade Técnica referente ao serviço de Gestão e prestação de serviços médicos para atender as Unidades Básicas de Saúde (UBSFs).

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 11.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;



- 11.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 11.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 11.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 11.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 11.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 12.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no instrumento convocatório, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 12.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos.
- 12.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 12.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 12.5 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 12.6 Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Prefeitura Municipal de Coromandel/MG;
- 12.7 Responder pelos danos causados diretamente a Prefeitura Municipal de Coromandel/MG; ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante o fornecimento do produto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a



fiscalização ou o acompanhamento pela Prefeitura Municipal de Coromandel/MG;

12.8 Responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade da Prefeitura Municipal de Coromandel/MG quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante o fornecimento do produto;

12.9 Realizar a reposição dos profissionais, em caso de falta de qualquer natureza, mediante justificativa, com tolerância máxima de 3 (três) dias uteis.

12.10 Realizar a substituição dos profissionais que não estejam prestando serviços de acordo com as condições ou prazos constantes no Termo de Referência, no prazo máximo de 10 (dez) dias uteis, contado do recebimento da comunicação expedida pelo Setor competente;

12.11 Comunicar ao Serviço competente da Prefeitura Municipal de Coromandel/MG, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

12.12 Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e no ato da assinatura de contrato ou outro documento equivalente;

12.13 A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciário, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste contrato.

13. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

13.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

13.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

13.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.



- 13.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 13.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 13.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 13.7 O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 13.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 13.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 13.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 13.11 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 13.12 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.



13.13 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município na seguinte dotação:

Ficha 350/8 - 02.02.06.01.10.301.0006.00.2.100.3.3.90.39.99.0015

14.2 A despesa da presente contratação decorre de:

(x) Recurso Próprio.

() Outros: _____

Coromandel, 04 de março de 2024.

Lilian Suelen Moreira Borges
Secretaria Municipal de Saúde
Prefeitura de Coromandel/MG

Lilian Suelen Moreira Borges
Gestora Municipal de Saúde